

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 2026.09.21.2

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTA MUNICÍPIO.

A Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Milagres/CE, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.796.319/0001-94, torna público para os interessados, que fará Chamamento Público para o Credenciamento de Instituições Financeiras e/ou Correspondentes Bancários, para o recebimento das tarifas relativas ao consumo de água, por Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão FEBRABAN, com fundamento nos termos do Art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações e demais normas pertinentes.

CONSIDERANDO as condições para execução do objeto, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no inciso IV do caput do art. 74º da Lei Federal nº 14.133/2021. Desta forma, o CHAMAMENTO PÚBLICO fundamentado no inciso XLIII do art.6º da Lei Federal nº14.133/2021, se dará por meio de CREDENCIAMENTO fundamentado no inciso I do caput do art. 79º da Lei Federal nº14.133/2021, apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretendentes credenciados.

O presente credenciamento foi precedido de Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela Autarquia Municipal de Água e Esgoto – AMAEM, que concluiu pela viabilidade técnica, operacional, econômica e administrativa da contratação, e encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Milagres/CE.

1 - DO PERÍODO PARA O CREDENCIAMENTO

1.1 - O edital está disponível gratuitamente nos sítios:

<https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>;

<https://www.pncp.gov.br>;

<https://www.milagres.ce.gov.br>;

<https://www.licitacoesmilagres.com.br>

1.2 - O certame será realizado no endereço eletrônico:

<https://www.licitacoesmilagres.com.br>.

1.2.1 - Os documentos previstos neste edital de credenciamento deverão ser enviados através da plataforma www.licitacoesmilagres.com.br, em arquivos com extensão “PDF”.

1.3 - Os trâmites deste certame licitatório serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação do Município, juntamente com sua equipe de apoio.

1.4 - Recebimento/Cadastro das Propostas e Documentos de Habilitação: a partir das 09:00 horas do dia 23 de setembro de 2026, até às 09:00 horas do dia 23 de setembro de 2027.

1.4.1 - O mesmo permanecerá aberto durante 12 (doze) meses para novos credenciados, período em que a Autarquia Municipal de Água e Esgoto deverá manter publicada a lista atualizada dos Credenciados no site Oficial do Município de Milagres/CE.

1.4.2 - O credenciamento tem caráter público, isonômico e não excludente, com chamamento divulgado e possibilidade de ingresso de novos interessados durante a vigência, sendo credenciadas todas as instituições que atenderem aos requisitos deste edital, sem exclusividade entre os prestadores.

1.5 - ABERTURA e AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: às 10:00 horas do dia 14 de outubro de 2026.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente Chamamento Público visa o credenciamento de instituições financeiras, cooperativas de crédito e/ou correspondentes bancários para prestação de serviços de arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em padrão FEBRABAN, com leitura de código de barras e/ou de QR Code PIX, através de suas agências, postos de atendimento e/ou unidades conveniadas, em abrangência no Município de Milagres/CE, em favor da Autarquia Municipal de Água e Esgoto - AMAEM, compreendendo o processamento das transações, o repasse dos valores arrecadados e a disponibilização de relatórios gerenciais e arquivos de retorno para conciliação, nos termos e condições descritos e especificados no Termo de Referência deste edital.

2.2 - As partes se comprometem a cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo-se a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), considerando a necessidade de compartilhamento de dados pessoais para a realização da atividade de "Arrecadação de Contas".

2.3 - O credenciamento é estruturado em item único, por se tratar de serviço homogêneo e padronizado de recebimento das tarifas, não havendo justificativa técnica ou operacional para seu fracionamento, o que não restringe a participação dos interessados, uma vez que o credenciamento possui caráter não exclusivo e permitirá o credenciamento de todas as instituições financeiras e/ou correspondentes bancários que atenderem aos requisitos estabelecidos.

2.4 - A quantidade estimada é de 45.500 (quarenta e cinco mil e quinhentas) unidades, correspondentes aos Documentos de Arrecadação Municipal – DAM a serem recebidos e processados, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o valor global estimado de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), apurado em pesquisa de mercado realizada a partir de contratações de outros entes públicos.

2.5 - Os quantitativos possuem natureza estimativa, destinando-se ao dimensionamento da contratação e à projeção da despesa, não implicando para a Administração obrigação de utilização integral da quantidade estimada, nem distribuição prévia e rígida do quantitativo entre os credenciados, uma vez que a quantidade de transações processadas por cada instituição dependerá da escolha dos usuários. A remuneração corresponderá aos serviços efetivamente executados, processados e devidamente comprovados.

3 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 - O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, com alterações posteriores e Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024 e demais legislações pertinentes, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

4 - DA EXECUÇÃO

4.1 - Os serviços a serem executados deverão ser prestados de acordo com Termo de Referência (Anexo I).

5 - DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas da futura contratação correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
13	01	17.512.0042.2.019	3.3.90.39.00

6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema www.licitacoesmilagres.com.br.

6.1.1 - As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio eletrônico constante no **subitem 1.2.** deste edital.

6.1.2 - Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao Portal de Compras do Município de Milagres/CE, com suporte técnico do sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA - Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 1408 - Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.464.263/0001-29, Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa associada (mencionada no item 6.1) pelo telefone (81) 3877-1397, ou através do e-mail: comercial@gmcontato.com.br

6.2 - Poderão participar deste processo de credenciamento:

a) Instituições financeiras e cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na forma de banco múltiplo, comercial, cooperativo ou cooperativa de crédito, bem como correspondentes bancários que comprovem vínculo contratual vigente com instituição financeira autorizada, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital e aceitarem a remuneração/tarifa de arrecadação (preço unitário) definida pela AMAEM e fixada no ANEXO I – Termo de Referência deste Instrumento, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final;

b) Para o caso de instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários em recuperação judicial, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

c) Para o caso de instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários em recuperação extrajudicial, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.3 - A participação neste credenciamento implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente edital e dos seus anexos.

6.4 - Não poderão participar do presente credenciamento as instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

a) Suspenso de licitar ou impedido de contratar com a Administração Pública, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;

b) Declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciadora ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

d) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

e) Estrangeiras que não funcionem no País;

f) Que não possuam ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do credenciamento.

6.4.1 - Bem como os demais casos vedados pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes à matéria.

6.5 - Serão credenciadas as instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários que atenderem as exigências e necessidades elencadas neste edital, as quais comporão o rol dos credenciados habilitados para prestação de serviços de arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água, em favor da Autarquia Municipal de Água e Esgoto – AMAEM.

6.6 - A habilitação neste credenciamento importa para a proponente a aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

7. DO PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO

7.1 - Os proponentes interessados deverão encaminhar o termo de adesão ao credenciamento e a documentação de habilitação, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: **www.licitacoesmilagres.com.br**, a partir do dia **23 de setembro de 2026**.

7.2 - Enquanto durar o prazo de vigência deste credenciamento, conforme o **item 1.4.1** deste edital, as instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários que vierem a se interessar pelo credenciamento poderão encaminhar para o Agente de Contratação todos os documentos arrolados no **item 8** deste edital. Caso sejam habilitados, serão alocados no rol dos credenciados habilitados para prestação de serviços de arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água, em favor da Autarquia Municipal de Água e Esgoto – AMAEM.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 - Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - As instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários interessados no credenciamento deverão apresentar a documentação exigida nos subitens abaixo juntamente com o termo de adesão ao credenciamento, conforme modelo constante no **Anexo II**, o qual implica a aceitação plena e total das condições deste edital e de seus anexos.

8.3 - Para fins de credenciamento, a exemplo do que ocorre nas licitações tradicionais, as instituições financeiras, cooperativas de crédito e correspondentes bancários interessados deverão comprovar habilitação jurídica e regulatória, regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e operacional e conformidade com o padrão FEBRABAN e integração, apresentando os documentos abaixo relacionados:

8.4 - Habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

b) Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Autorização para Funcionamento expedido pelo BACEN - Banco Central do Brasil, quando aplicável, que pode ser emitida em conjunto com as Certidões Negativas do Banco Central;

f) No caso de correspondente bancário, comprovação de vínculo contratual vigente com instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante apresentação do respectivo contrato ou instrumento equivalente.

8.5 - Qualificação técnica:

a) Comprovação de experiência em serviços de arrecadação para órgãos públicos ou empresas, preferencialmente no setor de saneamento, mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado;

a.1) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado;

b) Quando se tratar de instituição financeira ou cooperativa de crédito, estar em situação regular de funcionamento comprovada por meio de apresentação de certidão e/ou declaração emitida pelo BACEN e/ou órgão fiscalizador;

c) Comprovação de que dispõe de infraestrutura tecnológica e equipe qualificada para operar, conciliar e prestar contas dos recebimentos, incluindo suporte técnico especializado, mediante declaração constante do Anexo III (Declaração Unificada);

d) Comprovação de aptidão para emissão/recebimento de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) em padrão FEBRABAN, com leitura de código de barras e/ou de QR Code PIX, e para disponibilização de relatórios gerenciais e arquivos de retorno diários, com identificação individualizada por referência/código do contribuinte, mediante declaração constante do Anexo III;

e) Comprovação de capacidade de atendimento em todo o território do Município de Milagres/CE por meio de agências e/ou pontos conveniados, mediante declaração constante do Anexo III, podendo a Administração realizar diligência para verificação.

8.6 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição e situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que comprove a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.7 - Qualificação Econômico-financeira:

a) Demonstrações contábeis do último exercício social (balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações), com indicação de capacidade financeira compatível com os volumes estimados de arrecadação, conforme item 4 do Termo de Referência;

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ressalvado o disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.2;

8.8 - Declarações complementares:

8.8.1 - Declaração Unificada, conforme modelo (Anexo III).

8.9 - Todos os documentos que contenham prazo de validade deverão estar em plena vigência. Para aqueles documentos sem data de vencimento, sua validade será de 90 (noventa) dias, contados da sua expedição.

8.10 - Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados na mesma ordem de numeração dos documentos neste edital.

8.11 - Os documentos com autenticação eletrônica serão recebidos e presumidos verdadeiros, desde que seja apresentada, em anexo, a certificação que o valida, para posterior conferência.

8.12 - A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse no credenciamento, bem como aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital.

9 - DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão encaminhar o termo de adesão ao credenciamento e a documentação de habilitação, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica no seguinte endereço: **www.licitacoesmilagres.com.br**.

9.2 - A análise dos documentos de habilitação será realizada pelo(a) Agente de Contratação e sua equipe de apoio, a partir das **10:00 horas** do dia **14 de outubro de 2026**.

9.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Instituição credenciada, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (**www.portaldatransparencia.gov.br/ceis**);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (**www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php**).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU - (**https://contas.tcu.gov.br/ords/fp=INABILITADO:INIDONEOS**)

9.4 - O agente de contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

9.5 - Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

9.6 - Após julgamento da documentação apresentada, o(a) Agente de Contratação publicará a relação dos habilitados e inabilitados por meio de publicação no Diário Oficial do Município de Milagres/CE e no sítio eletrônico oficial **https://www.licitacoesmilagres.com.br**.

9.7 - A partir da referida publicação será aberto o prazo para a fase recursal, nos termos do item 20 deste instrumento.

9.8 - A inabilitação da Instituição Financeira importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciada.

10 - DO PREENCHIMENTO DOS ITENS NOS QUAIS DESEJA SE CREDENCIAR

10.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para se credenciar.

10.2 - O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.3 - O credenciamento é estruturado em item único, devendo o licitante, durante o cadastro da proposta, credenciar-se no item único correspondente ao objeto deste edital.

10.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda vigência do credenciamento.

10.5 - Em caso de apresentação de documentos faltantes o município poderá solicitar ao interessado a apresentação dos mesmos, estabelecendo prazos para isso. A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo estipulado, acarretará na Inabilitação do interessado.

10.6 - Somente serão CREDENCIADOS os licitantes que apresentarem a documentação exigida conforme edital.

10.7 - Os documentos que compõem a habilitação do licitante que for CREDENCIADO serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público.

10.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante no próprio website onde será realizado o credenciamento, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratação, via sistema.

10.10 - Todos os documentos serão emitidos em língua nacional.

10.11 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá a qualquer momento abrir diligências para com o licitante interessado.

10.12 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13 - Por se tratar de um credenciamento com modo de seleção paralela e não excludente, deverá o fornecedor no campo quantitativo deixar como zero.

10.14 - No termo de contrato a ser gerado constará apenas os valores dos serviços, sendo que a distribuição do serviço será por demanda de escolha do usuário, sem distribuição prévia e rígida do quantitativo estimado entre os credenciados, de forma igualitária e considerando o princípio da isonomia entre todos credenciados.

10.15 - Após realizar o cadastro na plataforma, o interessado deverá selecionar o item único, correspondente ao objeto deste credenciamento.

10.16 - Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a GM tecnologia.

10.17 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do Credenciamento, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

11 - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1 - A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.licitacoesmilagres.com.br.

12 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação deste edital, sendo do dia **23 de setembro de 2026** ao dia **23 de setembro de 2027**.

13 - DO TERMO DE CONTRATO

13.1 - As contratações para a prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata, se dará de forma direta, por inexigibilidade de licitação, através do sistema de credenciamento, com arrimo no disposto no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 - Quando solicitado, o proponente será convocado para assinar o termo de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2.1 - O mencionado instrumento contratual será formalizado na conformidade dos termos da minuta constituinte do Anexo IV deste edital, presentes as disposições do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3 - Até a data prevista para ocorrência de assinatura do termo de contrato, o Município de Milagres/CE, poderá inabilitar o convocado para prestação dos serviços, mediante despacho fundamentado, se tiver

informação segura sobre qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista ou qualificação técnica.

13.4 - O termo de contrato será formalizado com presença, no que couber, das cláusulas previstas no art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5 - O contrato poderá ser alterado, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6 - Os credenciados não terão vínculo empregatício com o Município, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)

14.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.2 - Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da contratada para a execução do contrato.

14.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da contratada, desde que inerentes ao objeto do contrato.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

15.1 - As obrigações do credenciado constam no anexo I (Termo de Referência).

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Forma de Pagamento

16.1.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

16.1.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.1.3 - A remuneração devida ao credenciado corresponderá aos serviços efetivamente executados, processados e devidamente comprovados (DAM efetivamente pagos e processados pelos canais disponibilizados), mediante prévia conferência das transações pelo fiscal do contrato, nos termos do Termo de Referência, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final.

16.2 - Prazo de Pagamento

16.2.1 - O pagamento relativo as tarifas ocorrerão até o 15º (décimo quinto) dia útil ao mês subsequente ao mês que o pagamento se refere. A instituição credenciada deverá fornecer os dados bancários para a efetivação do pagamento.

16.2.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.2.3 - É vedado à instituição credenciada reter ou descontar automaticamente o valor das tarifas pelos serviços prestados.

16.3 - Condições de Pagamento

16.3.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

16.3.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

16.3.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

16.3.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.3.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.3.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.3.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.3.9 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.3.9.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.3.10 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, a contratada que, com dolo ou culpa:

17.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

17.1.2 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.2.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.3 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;

17.1.4 - Fraudar o processo;

17.1.5 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;
- 17.1.6** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;
- 17.1.7** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
- 17.2** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1** - Advertência;
- 17.2.2** - Multa;
- 17.2.3** - Impedimento de licitar e contratar e;
- 17.2.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1** - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.3.2** - As peculiaridades do caso concreto;
- 17.3.3** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.3.4** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.3.5** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4** - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1** - Para as infrações previstas nos itens 17.1.1 e 17.1.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 17.4.2** - Para as infrações previstas nos itens 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 17.5** - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6** - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1 e 17.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8** - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1 e 17.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.2.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 17.10** - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o

licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA EXTINÇÃO

18.1 - As possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19 - DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

19.1 - Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

20 - DOS RECURSOS

20.1 - Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes contratos serão admitidos:

20.1.1 - Recurso hierárquico, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

20.1.1.1 - Habilitação ou inabilitação de requerente de credenciamento;

20.1.1.2 - Anulação ou revogação do processo de credenciamento;

20.1.1.3 - Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;

20.1.1.4 - Extinção do contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021

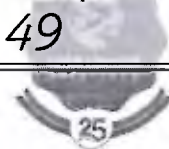
20.1.2 - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação da decisão relacionada com o objeto deste edital ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

20.1.3 - Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.2 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

20.3 - O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação do requerente de credenciamento não terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

20.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



21 - DA IMPUGNAÇÃO

21.1 - Até 3 (três) dias úteis antes da data limite fixada para a entrega da documentação relativa ao processo de credenciamento das Instituições interessadas, item 1.4, qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital, devendo o Município de **Milagres/CE** processar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

21.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data estipulada para o encerramento do prazo de credenciamento.

21.3 - Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital poderão ser realizados pelo endereço eletrônico **licitacao@milagres.ce.gov.br**, no prazo estipulado no subitem 21.1 deste edital.

21.4 - A falta de pedido de esclarecimentos ou a não impugnação aos termos deste edital de credenciamento, na forma e prazo legalmente definidos, acarreta a decadência do direito de arguir as regras do certame.

21.5 - A Prefeitura do Município de **Milagres/CE** não se responsabilizará por pedidos de esclarecimentos ou impugnações protocolizadas fora do prazo e em local diverso do mencionado neste edital.

22 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

22.1 - A fiscalização do contrato será realizada por meio de servidor desta municipalidade designado através de portaria.

22.1.1 - Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto deste edital, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

22.1.2 - O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

22.1.3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

22.1.4 - A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o credenciado da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

22.1.5 - A fiscalização acompanhará, entre outros, os indicadores de resultado previstos no Termo de Referência, mantendo o registro das ocorrências, dos repasses e das conciliações e avaliando periodicamente o cumprimento das condições estabelecidas.

22.2 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.2.1 - A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições permanecem vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o credenciado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23 - DOS CASOS DE DESCRENCIAMENTO

23.1 - Pelo Município, sem prévio aviso, quando:

- a) O credenciado deixar de cumprir qualquer cláusula e condição do contrato;
- b) O credenciado descumprir qualquer das obrigações estabelecidas nos itens 6 e 8 deste edital;
- c) O credenciado praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
- d) Ficar evidenciada a incapacidade do credenciado de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

e) Em razão de caso fortuito ou força maior.

23.2 - Pelo credenciado:

a) Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao Município, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

24 - DO FORO

24.1 - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Milagres/CE.

25 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

25.1 - A Prefeitura do Município de Milagres poderá revogar o presente processo de credenciamento por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao credenciando direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante, e na forma da lei.

25.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação.

25.3 - É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

25.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

25.5 - Os referidos prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

25.6 - Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais leis a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

25.7 - Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado no(a):

I- <https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>;

II- <https://www.pncp.gov.br>;

III- <https://www.milagres.ce.gov.br>;

IV- <https://www.licitacoesmilagres.com.br>

25.8 - Fazem parte do presente edital:

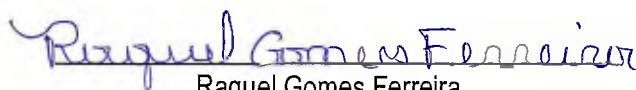
Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Termo de Adesão ao Credenciamento;

Anexo III: Modelo de Declaração Unificada;

Anexo IV: Minuta do Contrato.

Milagres/CE, 21 de setembro de 2026.



Raquel Gomes Ferreira

Ordenadora de Despesas

Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Milagres/CE

Anexo I

Termo de Referência



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(PROJETO BÁSICO)

1 – OBJETO

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTES MUNICÍPIO.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. A Autarquia Municipal de Água e Esgoto – AMAEM, responsável pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água no Município de Milagres/CE, necessita dispor de mecanismos eficientes, seguros e acessíveis para o recebimento das tarifas decorrentes do consumo de água pelos usuários, sendo a adequada arrecadação dessas receitas indispensável à continuidade de suas atividades. O credenciamento de instituições financeiras e/ou correspondentes bancários é necessário para ampliar e descentralizar os canais de pagamento, evitando que os consumidores fiquem restritos a poucos pontos de arrecadação, reduzindo deslocamentos, concentração de usuários e atrasos nos pagamentos, e diminuindo a dependência de um único agente arrecadador. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Milagres/CE e foi objeto de Estudo Técnico Preliminar, que concluiu pela sua viabilidade técnica, operacional, econômica e administrativa.

2.2. A solução proposta consiste no procedimento auxiliar de Credenciamento, de acordo com o art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021, para contratação de instituições financeiras e/ou correspondentes bancários para prestação do serviço de arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água, por meio de Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, emitidos, em padrão FEBRABAN, pela Autarquia Municipal de Água e Esgoto – AMAEM de Milagres/CE.

2.3 No que se refere à hipótese de contratação, a mesma fundamenta-se nos incisos I e II do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam, “I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas” e “II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação”, uma vez que todas as instituições que atenderem aos requisitos poderão ser credenciadas, sem exclusividade, e caberá ao usuário a escolha, dentre as credenciadas, do canal mais conveniente para efetuar o pagamento do seu DAM.

3 - DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços compreendem a arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água, emitidas pela AMAEM em Documento de Arrecadação Municipal (DAM), em padrão FEBRABAN, com leitura de código de barras e/ou de QR Code PIX, através das agências, postos de atendimento, correspondentes e/ou demais canais admitidos no credenciamento, compreendendo, além do recebimento dos DAM, o processamento das

transações, o registro das informações, a identificação dos documentos arrecadados, o repasse dos valores recebidos e a disponibilização das informações necessárias à conciliação financeira e contábil pela AMAEM:

Item	Und.	Descrição	Valor
01	UNIDADE	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTE MUNICÍPIO	R\$ 1,00

4- QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES

Especificação	Quantidade estimada de guias de arrecadação – DAM (unidade)
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTE MUNICÍPIO	45.500

4.1 A estimativa das quantidades foi estabelecida a partir da necessidade operacional da AMAEM quanto ao recebimento das tarifas relativas ao consumo de água dos usuários atendidos no Município de Milagres/CE, considerando o comportamento esperado da arrecadação e a quantidade de usuários vinculados aos serviços prestados pela Autarquia, e representa a estimativa do número de documentos/pagamentos (DAM) a serem efetivamente recebidos e processados pelos credenciados, expressa em UNIDADE.

4.2 Os quantitativos possuem natureza estimativa, destinando-se ao dimensionamento da contratação e à projeção da despesa, não sendo possível determinar previamente e de forma absoluta o número de transações. A efetiva execução estará condicionada à quantidade de DAM efetivamente pagos e processados pelos canais disponibilizados pelos credenciados, não implicando para a Administração a obrigação de utilização integral da quantidade estimada. A remuneração deverá guardar correspondência com os serviços efetivamente executados, processados e devidamente comprovados.

4.3 Não se estabelece distribuição prévia e rígida do quantitativo estimado entre os credenciados, uma vez que a quantidade de transações processadas por cada instituição poderá variar de acordo com a escolha dos próprios consumidores e com a utilização efetiva dos respectivos canais de atendimento.

4.4 O valor unitário da tarifa de arrecadação é de R\$ 1,00 (um real) por DAM efetivamente arrecadado e processado, e o valor global estimado da contratação é de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), apurado em pesquisa de mercado realizada a partir de contratações de outros entes públicos.

5 - REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 - Somente serão admitidas instituições financeiras e cooperativas de crédito legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo, bem como correspondentes bancários com vínculo contratual vigente com instituição financeira autorizada, que preencham todos os requisitos exigidos, regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas no Edital e seus anexos e que aceitem as normas estabelecidas pela AMAEM e as condições de remuneração/tarifa de arrecadação por ela definidas, vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final.

5.2 - A instituição credenciada deverá assegurar atendimento em todo o território do Município de Milagres/CE, por meio de agências e/ou pontos conveniados (correspondentes bancários).

5.3 - Os canais digitais (internet, aplicativos e demais meios eletrônicos) poderão ser disponibilizados de forma complementar, sem prejuízo da exigência de atendimento em todo o território do Município prevista no item 5.2, na forma do item 5.16.

5.4 - Não poderão participar desse processo pessoas jurídicas:

- a) Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação.
- b) Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo.
- c) Se estiver irregular quanto à comprovação de quitação de obrigações fiscais federais, estaduais ou municipais. Para fins de verificação da regularidade fiscal, será considerada a matriz do credenciado.

5.5 - É de responsabilidade exclusiva e integral do proponente todas as despesas diretas e indiretas, mão de obra, máquinas e equipamentos, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município de Milagres.

5.6 - O credenciado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.7 - O credenciado deverá atender os usuários com dignidade e respeito e de modo humanitário, universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

5.8 - A instituição não poderá fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste objeto, se obrigando a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

5.9 - A instituição deverá autenticar as guias, em todas as suas vias, ou emitir recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento,

além da representação numérica do código de barras.

5.10 - O credenciado ficará responsável pelo numerário correspondente, até que o mesmo seja creditado em conta bancária pertencente ao Município. No caso de perda, extravio ou roubo de numerários, o agente credenciado ficará obrigado a indenizar o Município de Milagres nos mesmos valores.

5.11 - A instituição deverá comunicar o Município de Milagres, formalmente e com a maior rapidez possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da instituição, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do consumidor, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços, objeto da contratação.

5.12 - A instituição deverá apresentar mensalmente ao Município de Milagres documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento das guias e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços e possibilitar uma análise eficiente dos valores pagos por cada item/ modalidade. Contudo, reconhecendo que podem surgir situações específicas que requeiram uma análise mais frequente ou imediata dos dados, as informações também poderão ser solicitadas em frequência menor para alguma situação específica, devidamente justificada.

5.13 - O preço da tarifa bancária poderá ser reajustado anualmente, sendo que o reajuste não poderá ser superior a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE.

5.14 - O reajuste apenas ocorrerá após 12 meses de vigência do edital de credenciamento, levando em consideração a variação do IPCA, e a cada prorrogação subsequente do edital.

5.15 - O credenciamento é estruturado em item único, considerando tratar-se de serviço homogêneo e padronizado, com condições uniformes de execução quanto aos procedimentos de arrecadação, processamento das transações, integração de sistemas, segurança das informações, repasse dos valores e prestação de contas. O credenciado poderá disponibilizar os serviços por meio das agências, postos de atendimento, correspondentes e/ou demais canais admitidos no credenciamento, observado o item 5.2.

5.16 - Será dada preferência a canais digitais e a processos sem papel, devendo o credenciado, quando aplicável, adotar práticas de eficiência energética em data centers e pontos de atendimento e de descarte ambientalmente adequado de insumos de TI, observadas as normas ambientais aplicáveis. A contratação não apresenta impactos ambientais significativos que demandem medidas específicas de mitigação.

6 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O futuro Contrato deste Termos de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério das partes, nos termos do art.107 da Lei Federal nº 14.133/21.

7 - ORIGEM DOS RECURSOS

7.1 - As despesas do contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previsto na seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
13	01	17.512.0042.2.019	3.3.90.39.00

8 – EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A credenciada ficará responsável pelo recebimento dos valores decorrentes dos pagamentos de faturas e boletos emitidos pelo Município, bem como realizar seu posterior repasse/transferência para a municipalidade, por meio de depósito ou transferência em conta indicada pela contratante, não sendo obrigatório utilizar a conta específica da agência credenciada.

8.2 - A AMAEM emitirá os Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão FEBRABAN, e os encaminhará aos usuários, que poderão escolher em qual das instituições credenciadas realizarão o pagamento, cabendo à instituição credenciada repassar, em D+1, o valor recebido à conta da AMAEM, com identificação detalhada dos créditos, responsabilizando-se, ainda, pela remessa dos arquivos via internet à AMAEM, que realizará a conciliação das contas pagas.

8.3 - Disponibilizar o crédito em conta da AMAEM, com identificação detalhada dos créditos, dos valores decorrentes da arrecadação das tarifas relativas ao consumo de água até o segundo dia útil (D+2) subsequente a arrecadação, para os valores arrecadados em Lotéricas ou correspondentes bancários.

8.4 - O credenciado deve incluir e cadastrar o CNPJ da AMAEM (nº 28.796.319/0001-94) e quaisquer novos CNPJs ou dados cadastrais que possam vir a ser necessários na vigência do contrato.

8.5 - As tratativas para autorizações/ inclusões/ exclusões para DÉBITO AUTOMÁTICO deverão ser realizadas diretamente pelos contribuintes/ consumidores/ usuários/ assinantes com o credenciado, sendo responsabilidade do credenciado a transmissão dessas informações para o Município.

8.6- Os débitos que contiverem datas de vencimentos em dias não úteis (sábado, domingo, feriados nacionais, feriados bancários e feriados locais, onde são mantidas as contas correntes dos debitados), serão considerados como vencíveis no 1º (primeiro) dia útil subsequente (data em que deverão ser debitados).

8.7- No caso de ocorrência de situações atípicas que impeçam débito dos valores no vencimento, o credenciado e o município, em comum acordo, tomarão as medidas necessárias para atender o interesse das partes envolvidas

8.8 - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da AMAEM, TED (transferência eletrônica disponível), a favor da conta da Autarquia, conforme descrição abaixo, podendo incluir novas contas, se houver necessidade:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA
BANCO DO BRASIL	2300-0	26362-1

8.9 - As cooperativas de crédito e bancos privados, por não serem instituições oficiais, deverão transferir os recursos para a conta indicada pela AMAEM em um banco oficial, sem cobrar quaisquer taxas relacionadas a essa transferência.

8.10 - Os procedimentos de conciliação e de tratamento de divergências entre os valores arrecadados, informados e efetivamente repassados observarão prazos previamente estabelecidos, devendo o credenciado prestar esclarecimentos e regularizar as divergências apontadas pela AMAEM no prazo máximo de 5 (cinco) dias, mantendo mecanismos de rastreabilidade das transações e de tratamento de pagamentos não identificados ou inconsistentes.

8.11 - Antes do início da operação, o credenciado deverá realizar, em conjunto com a AMAEM, as validações e testes de compatibilidade necessários ao processamento dos DAM em padrão FEBRABAN, corrigindo tempestivamente as inconsistências identificadas.

9 - PAGAMENTO

9.1 - O pagamento relativo às tarifas ocorrerá até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao mês a que o pagamento se refere. A instituição credenciada deverá fornecer os dados bancários para o depósito ou emitir um boleto de pagamento para que a contratante possa realizar a quitação do valor devido.

9.2 - É vedado à instituição credenciada reter ou descontar automaticamente o valor das tarifas pelos serviços prestados.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. - Enviar à parte contratante, até as 07h00 (sete) horas do dia seguinte, arquivo de retorno com o total das transações do dia, com identificação individualizada por referência/código do contribuinte, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor registrado no aviso de crédito, ambos transmitidos eletronicamente.

10.2 - Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar o objeto principal, salvo na hipótese expressa e previamente autorizada neste Termo de Referência: a utilização, pelo credenciado, de sua rede de agências, postos de atendimento e correspondentes bancários (pontos conveniados), regularmente contratados nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, permanecendo o credenciado integralmente responsável perante a AMAEM pela execução dos serviços.

10.3 - Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.

10.4 - Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para habilitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

10.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao contratante e terceiros, na execução dos serviços.

10.6 - O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei 14133/2021.

10.7 - Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio.

10.8 - Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários do mesmo.

10.9 - Disponibilizar relatórios gerenciais e arquivos de retorno diários, com identificação individualizada por referência/código do contribuinte, nos padrões, formatos e prazos definidos pela AMAEM, mantendo a rastreabilidade das transações.

10.10 - Aceitar as condições de remuneração/tarifa de arrecadação definidas pela AMAEM, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final.

10.11 - Dispor de estrutura tecnológica e operacional compatível com o processamento dos documentos em padrão FEBRABAN, garantindo a integridade, confiabilidade, rastreabilidade e segurança das informações relativas aos pagamentos, e adotar mecanismos adequados para prevenir inconsistências, duplicidades, falhas de processamento ou divergências entre os valores efetivamente arrecadados e aqueles informados à AMAEM.

10.12 - Manter, sob sua responsabilidade e sem ônus adicional além da remuneração estabelecida, toda a infraestrutura, sistemas, equipamentos, canais de comunicação e recursos tecnológicos utilizados na execução dos serviços em condições adequadas de funcionamento durante a vigência da contratação, não cabendo à AMAEM a manutenção física de bens.

10.13 - Prestar suporte e assistência técnica relacionados à execução dos serviços, especialmente para solução de falhas de processamento, inconsistências na transmissão de dados, problemas de integração, divergências nas informações de arrecadação ou outras ocorrências que possam comprometer o recebimento e a conciliação dos pagamentos, corrigindo eventuais indisponibilidades ou falhas com a maior brevidade possível.

10.14 - Manter seus sistemas e procedimentos atualizados durante toda a vigência do credenciamento, responsabilizando-se pelas adaptações técnicas necessárias à continuidade dos serviços, inclusive quando decorrentes de atualizações dos padrões bancários aplicáveis, e manter canais de comunicação com a AMAEM que permitam o acompanhamento das operações, a resolução de ocorrências e a obtenção das informações necessárias à fiscalização.

10.15 - Observar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), formalizando os instrumentos contratuais de operador/controlador e comunicando à AMAEM, tempestivamente, os incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, observada a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Efetuar os pagamentos na forma deste contrato;

11.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.3 - Acompanhar e fiscalizar todas as atividades do credenciado pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

11.4 - Notificar o credenciado, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado no Contrato;

11.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo credenciado;

11.6 - Realizar publicação do extrato desse contrato na forma do art. 94 da lei 14.133/2021.

11.7 - Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o concorrente que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

- e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- 12.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;
- 12.1.5 - Fraudar o processo;
- 12.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;
- 12.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;
- 12.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
- 12.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1 - Advertência;
- 12.2.2 - Multa;
- 12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;
- 12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 12.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 12.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

12.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Poderá o Município de Milagres revogar o presente Processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

13.2 - O Município de Milagres deverá anular o presente Processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

13.3 - A anulação do Processo não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.4 - Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

13.5 - Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6 - Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Instrumento ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7 - Para acompanhamento dos resultados da contratação, poderão ser monitorados, entre outros, os seguintes indicadores: (i) custo médio por transação efetivamente processada; (ii) prazo médio de repasse dos valores arrecadados; (iii) índice de correspondência e acerto na conciliação dos pagamentos; (iv) evolução da regularidade dos pagamentos das tarifas pelos usuários; (v) redução das atividades manuais de recebimento e conferência realizadas pelos servidores; (vi) disponibilidade dos canais oferecidos pelos credenciados e tempo de solução de eventuais inconsistências ou falhas relacionadas à arrecadação; e (vii) abrangência e quantidade de canais e pontos de recebimento disponibilizados aos consumidores no



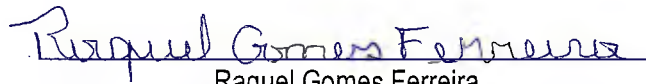
Município de Milagres/CE.

13.8 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

14 - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Milagres/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Milagres/CE, 21 de setembro de 2026.



Raquel Gomes Ferreira
Ordenadora de Despesas
Autarquia Municipal de Água e Esgoto



Anexo II

Termo de adesão ao credenciamento

ANEXO II
TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 2026.09.21.2

A **Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Milagres/CE**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.796.319/0001-94, neste ato representado pelo seu Ordenador(a), Sra. Raquel Gomes Ferreira, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CREDENCIANTE** e, o(a), inscrito no CNPJ/MF sob o nº, representado(a) pelo(a) Sr(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº , portador(a) da Carteira de Identidade nº, residente e domiciliado(a), doravante denominada **CREDENCIADA**, pactuam o presente Termo de Adesão ao Credenciamento, cuja celebração foi autorizada pelo Edital de Chamamento n.º 2026.09.21.2, a qual se rege pela Lei Federal n.º 14.133/21, e outros documentos que fazem parte do presente processo, têm entre si como consagrada as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste Termo é o CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTE MUNICÍPIO, conforme termos e condições estabelecidos no Edital de Chamamento n.º 2026.09.21.2.

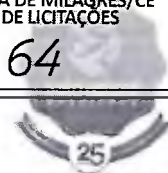
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos termos do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS MODALIDADES DE COBRANÇA

Integram este Termo de Adesão as seguintes modalidades de cobrança, indicadas na habilitação, com os devidos valores pré-fixados pela Administração:

Item	Und.	Descrição	Quantidade	Valor
01	UNIDADE	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTE MUNICÍPIO	45500	R\$ 1,00



Por DAM arrecadado em padrão FEBRABAN, com leitura de código de barras e/ou de QR Code PIX, e prestação de contas por meio de arquivos de retorno diários. A quantidade indicada é estimativa global, sem distribuição prévia entre os credenciados, correspondendo a remuneração aos serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

A credenciada abaixo relacionada declara, sob as penas de lei, que:

a) são verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste credenciamento;

b) aceita as condições de remuneração/tarifa de arrecadação definidas pela AMAEM, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

Local e data:

Representante Legal da Credenciada



Anexo III

Modelo de Declaração Unificada



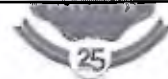
ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
CREDENCIAMENTO Nº 2026.09.21.2

Ao agente de contratação e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Milagres/CE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2026.09.21.2

Pelo presente instrumento, a Instituição, inscrito no CNPJ, neste ato representado por, inscrito no CPF nº, residente e domiciliado em, **DECLARA** que:

- a) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta;
- b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e) Dispõe de infraestrutura tecnológica e equipe qualificada para operar, conciliar e prestar contas dos recebimentos, incluindo suporte técnico especializado;
- f) Possui aptidão para emissão/recebimento de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) em padrão FEBRABAN, com leitura de código de barras e/ou de QR Code PIX, bem como para disponibilizar relatórios gerenciais e arquivos de retorno diários, com identificação individualizada por referência/código do contribuinte;
- g) Assegurará atendimento em todo o território do Município de Milagres/CE por meio de agências e/ou pontos conveniados;
- h) Observa a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a formalizar os instrumentos contratuais de operador/controlador e a comunicar incidentes de segurança da informação;
- i) Aceita as condições de remuneração/tarifa de arrecadação definidas pela AMAEM, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final;
- j) Está ciente da vedação à subcontratação do objeto principal, salvo hipóteses expressas e previamente autorizadas no Termo de Referência.



Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração unificada.

Local e data:

(Assinatura do Responsável Legal)

RG nº

CPF nº

Anexo IV

Minuta do termo de contrato

ANEXO IV
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
CREDENCIAMENTO Nº 2026.09.21.2

CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DE MILAGRES/CE, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU CORRESPONDENTE BANCÁRIO XXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

A Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Milagres/CE, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.796.319/0001-94, neste ato representado pelo seu Ordenador(a), Sr(a)., inscrito no CPF sob nº, portador da Carteira de Identidade nº, residente e domiciliado neste município, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, portador(a) do CPF nº, apenas denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no edital de credenciamento nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores e da Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Chamamento Público (Credenciamento) nº 2026.09.21.2**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Processo de CREDENCIAMENTO Nº 2026.09.21.2 / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2026.09.21.2, de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente homologado/autorizado por o Sr., Ordenadora de Despesas da

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital, anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. Discriminação do objeto:

Item	Und.	Descrição	Valor
01	UNIDADE	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, PARA O RECEBIMENTO DAS TARIFAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁGUA, POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, EM PADRÃO FEBRABAN, COM LEITURA DE CÓDIGO DE BARRAS E/OU QR CODE PIX, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU	R\$ 1,00

	CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - AMAEM DESTES MUNICÍPIO	
--	--	--

2.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1. Termo de Referência;
- 2.3.2. Edital de Credenciamento / Inexigibilidade de Licitação;
- 2.3.3. Proposta do contratado;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto principal, salvo hipóteses expressas e previamente autorizadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - Preço

7.1.1 - O valor unitário da tarifa de arrecadação é de R\$ 1,00 (um real) por DAM efetivamente arrecadado e processado, sendo o valor global estimado da contratação de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), correspondente a 45.500 (quarenta e cinco mil e quinhentas) unidades, de natureza estimativa, sem obrigação de utilização integral e sem distribuição prévia do quantitativo entre os credenciados, correspondendo a remuneração aos serviços efetivamente executados.

7.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2 - Forma de Pagamento

7.2.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3 - Prazo de Pagamento

7.3.1 - O pagamento relativo as tarifas ocorrerão até o 15º (décimo quinto) dia útil ao mês subsequente ao mês que o pagamento se refere. A instituição credenciada deverá fornecer os dados bancários para a efetivação do pagamento.

7.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3.3 - É vedado à instituição credenciada reter ou descontar automaticamente o valor das tarifas pelos serviços prestados.

7.4 - Condições de Pagamento

7.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

7.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

7.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.10.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.11 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 9.9.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;
- 9.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
- 9.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.2 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 10.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.9 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;
- 10.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.16 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.17 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

10.19 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.21 - Aceitar as condições de remuneração/tarifa de arrecadação definidas pela AMAEM, sendo vedada qualquer cobrança adicional ao usuário final.

10.22 - Disponibilizar relatórios gerenciais e arquivos de retorno diários, com identificação individualizada por referência/código do contribuinte, e repassar os valores arrecadados nos prazos e condições definidos no Termo de Referência, com identificação detalhada dos créditos.

10.23 - Prestar suporte e assistência técnica relacionados à execução dos serviços, manter a infraestrutura, os sistemas e os recursos tecnológicos em condições adequadas de funcionamento e atualizados durante a vigência do contrato, sem ônus adicional além da remuneração estabelecida.

10.24 - Observar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), formalizando os instrumentos contratuais de operador/controlador e comunicando à Contratante, tempestivamente, a ocorrência de incidentes de segurança da informação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a). Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b). Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c). Der causa à inexecução total do contrato;
- d). Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e). Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f). Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g). Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h). Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

11.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 - Não haverá exigência de garantia contratual, por se tratar de prestação de serviço comum, não havendo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Milagres/CE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Milagres/CE, ...

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. CPF

2. CPF